

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Contribuinte: 503720542

Moeda: Euro

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	2.046.333,44	2.131.439,82
Activos intangíveis	7		
Investimentos financeiros	8	217.586,08	215.146,56
		2.263.919,52	2.346.586,38
Activo corrente			
Inventários	9		
Créditos a receber	10	5.081,91	5.969,75
Estado e outros entes públicos	12	4.663,04	21.603,44
Diferimentos	14	8.542,50	5.351,34
Outros ativos correntes	13	29.325,55	59.356,24
Caixa e depósitos bancários	4	2.268.216,19	2.056.634,08
		2.315.829,19	2.148.914,85
Total do activo		4.579.748,71	4.495.501,23
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	15		
Resultados transitados		2.261.783,29	2.167.836,24
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		1.862.235,59	1.930.055,40
Subsídios ao Investimento		1.758.548,04	1.824.569,80
Doações		103.687,55	105.485,60
		4.124.018,88	4.097.891,64
Resultado líquido do período		86.222,97	93.947,05
Total dos fundos patrimoniais		4.210.241,85	4.191.838,69
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11	40.610,55	41.687,30
Estado e outros entes públicos	12	39.274,65	43.076,36
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	14	65.491,59	
Outros passivos correntes	10 e 16	224.130,07	218.898,88
		369.506,86	303.662,54
Total do passivo		369.506,86	303.662,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.579.748,71	4.495.501,23

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO

Contribuinte: 503720542

Moeda: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	17	841.356,50	781.815,87
Subsídios, doações e legados à exploração	18	1.388.872,55	1.343.925,44
Subsídios de entidades públicas		1.349.632,07	1.310.584,68
ISS, IP - Centros Distritais		1.172.250,94	1.031.492,74
Outras entidades públicas		177.381,13	279.091,94
Subsídios de outras entidades			
Doações heranças e legados		39.240,48	33.340,76
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-316.546,01	-277.330,69
Fornecimentos e serviços externos	19	-329.488,34	-326.910,10
Gastos com o pessoal	20	-1.540.116,00	-1.438.021,61
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1.070,11	-1.691,19
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	5 e 21	166.943,87	141.294,78
Correcções relativas a anos anteriores		1.879,02	3.580,03
Correções positivas de comparticipação do ISS, IP			327,27
Outras correções de anos anteriores		1.879,02	3.252,76
Imputação de subsídios ao investimento		66.021,76	66.021,76
Outros rendimentos		99.043,09	71.692,99
Outros gastos e perdas	5 e 22	-18.448,65	-29.923,62
Correcções relativas a anos anteriores		-6.558,76	-13.317,11
Correções negativas de comparticipação do ISS, IP			-18,00
Outras correções de anos anteriores		-6.558,76	-13.299,11
Outros gastos		-11.889,89	-16.606,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		191.503,81	193.158,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	-108.108,74	-106.956,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		83.395,07	86.202,20
Juros e rendimentos similares obtidos	23	2.929,12	7.830,95
Juros e gastos similares suportados	23	-72,54	-60,02
Resultados antes de impostos		86.251,65	93.973,13
Imposto sobre o rendimento do período	12	-28,68	-26,08
Resultado líquido do período		86.222,97	93.947,05

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Contribuinte: 503720542

Moeda: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes	10 e 17	839.688,15	799.648,59
Pagamentos a fornecedores	11 e 19	-649.832,07	-604.900,35
Pagamentos ao pessoal	16 e 20	-972.197,36	-921.554,45
Caixa gerada pelas operações		-782.341,28	-726.806,21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		991.441,86	893.439,10
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		209.100,58	166.632,89
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	-14.369,12	-123.390,17
Ativos intangíveis	7		
Investimentos financeiros	8	-204.109,71	-5.314,08
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	6		
Ativos intangíveis	7		
Investimentos financeiros	8	206.549,23	204.536,44
Outros ativos			
Subsídios ao investimento	18		15.000,00
Juros e rendimentos similares	13 e 23	3.483,67	8.034,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-8.445,93	98.866,19
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Doações	18	11.000,00	1.420,00
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares	23	-72,54	-60,02
Outras operações de financiamento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		10.927,46	1.359,98
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		211.582,11	266.859,06
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início de período		2.056.634,08	1.789.775,02
Caixa e seus equivalentes no fim de período	4	2.268.216,19	2.056.634,08



Prestação de Contas Exercício Económico de 2022

**Anexo conforme alínea f) do art.º 2 da
Portaria 220/2015, de 24 de julho**

Paderne, 31 de março de 2023

Índice

1	Identificação da Instituição.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	5
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	6
3.1	Bases de Apresentação.....	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Caixa e Depósitos Bancários.....	14
5	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
6	Ativos Fixos Tangíveis.....	15
7	Ativos Intangíveis.....	16
8	Investimentos Financeiros.....	17
9	Inventários.....	18
10	Clientes e utentes.....	18
11	Fornecedores e Adiantamentos a Fornecedores.....	18
12	Estado e Outros entes públicos.....	19
13	Outras contas a receber.....	19
14	Diferimentos.....	19
15	Fundos Patrimoniais.....	20
16	Outras Contas a pagar.....	20
17	Rédito.....	20
18	Subsídios, doações e legados à exploração.....	21
19	Fornecimentos e serviços externos.....	22
20	Benefícios dos empregados.....	22
21	Outros rendimentos e ganhos.....	23
22	Outros gastos e perdas.....	23
23	Resultados Financeiros.....	23
24	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	24
25	Acontecimentos após data de Balanço.....	24

1 Identificação da Instituição

O Centro Paroquial de Paderne foi criado por iniciativa da Fábrica da Igreja Paroquial de Paderne, em 1996, tendo em conta um velho sonho dos padernenos, de criar um espaço para desenvolver atividades com as suas crianças e seus idosos. O Pároco da altura, com o apoio das entidades oficiais e a generosa doação de um terreno, pelo Sr. António Libânio Correia, levou avante o sonho e tornou-o realidade. Como Instituição da Igreja Católica a sua personalidade jurídica resultou da participação escrita da ereção canónica decretada pelo Sr. Bispo da Diocese do Algarve, a 28/08/1996.

Em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 fevereiro, e de acordo com o Regulamento do Registo aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, procedeu-se ao registo definitivo da segunda alteração dos Estatutos do Centro Paroquial de Paderne, reconhecido como pessoa coletiva de utilidade pública.

A alteração dos estatutos foi aprovada em 07/10/2015 pela autoridade eclesiástica competente e o seu registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3, à inscrição n.º 12/97, a fls 128 Verso do Livro n.º 5 e fls. 127 do Livro n.º 7 das Fundações de Solidariedade Social, considerando-se efetuado em 22/03/2016 nos termos do n.º 4 do artigo 9º do Regulamento do Registo acima citado.

Tem a sua sede no edifício do Centro Comunitário de Paderne, no sítio da Cerca Velha, na freguesia de Paderne, concelho de Albufeira, distrito de Faro.

Tem como visão: “Tornar o Centro Paroquial de Paderne, na sua área de intervenção social, uma referência de excelência, onde a Comunidade se reveja, enquanto expressão de harmonia entre crianças, jovens, seus pais e avós” e a sua missão: “Contribuir para o bem-estar da comunidade, desde a primeira infância à terceira idade, prestando serviços diversificados, assentes em valores cristãos, com o objetivo de promover e consolidar um desenvolvimento social equilibrado e harmonioso”.

São valores desta instituição: “Caridade; Entrega; Serviço; Fraternidade; Bondade; Disponibilidade; Interajuda; Compreensão; Equidade; Solidariedade; Participação e Dedicção; Desenvolvimento e Inovação”.

O Órgão de Gestão, nomeado pelo Ordinário Diocesano, sob proposta da Fábrica da Igreja Paroquial de Paderne, é constituído por uma Direção, sendo o Presidente, o respetivo Pároco da freguesia e um Conselho Fiscal. Para o quadriénio de 2019/2023, tem nomeado o seguinte Órgão de Gestão:

Direção

Presidente: Pe. Pedro Filipe Duarte Manuel

Vice Presidente: Marco Filipe de Almeida Vieira

Secretário: Vera Lúcia Guerreiro Miguel Grade Gomes

Tesoureiro: Arsénio Zurrapa Martins

Vogais: Vanda Margarida Domingos Jorge Guerreiro, Marco António Coelho Guerreiro e Diamantino de Sousa Gomes Jorge

Conselho Fiscal

Presidente: Alberto José Cordeiro dos Santos

Vogais: João Carlos Silva Chorondo e Maria Emília da Conceição Neto Martins

No ano, a Instituição no seu processo de estabelecer relações entre as pessoas e os recursos disponíveis, contou com uma vasta equipa multidisciplinar de técnicos, com a seguinte estrutura:

Diretor Executivo e Diretor de Serviços: David Oliveira Cabrita

Diretora Técnica e Pedagógica da Creche de Paderne: Ana Mendonça Silva

Diretora Técnica de ERPI e Centro de Dia, em Paderne: Vanda Jorge

Diretora Técnica de Apoio Domiciliário, em Paderne: Sofia Santos Diogo

Diretora Técnica e Pedagógica da Creche de Ferreiras: Ana Isabel Sintra

Diretora Técnica e Pedagógica da Creche de Albufeira: Patrícia Alexandra Silva

Diretora Técnica da ERPI, em Albufeira: Joana Encarnação

Para o cumprimento dos seus objetivos, conta com 3 estabelecimentos sociais, onde desenvolve 7 respostas sociais com utentes, desde a primeira infância à terceira idade:

- O Centro Comunitário de Paderne é o edifício sede da Instituição. Inaugurado em setembro de 2002, funciona as seguintes respostas sociais: Centro de Dia, ERPI (Lar de Idosos), Apoio Domiciliário e Creche. A creche tem um berçário, três salas de atividades, uma sala polivalente, um recreio infantil, gabinetes técnicos, refeitório, etc. Conta ainda com alguns espaços comuns com as restantes respostas sociais, como uma sala de reuniões, sala de formação, auditório, ginásio, capela, serviços administrativos. Direcionado para a terceira idade conta com quartos para 39 idosos, enfermaria, gabinete médico, farmácia, banhos assistidos, sala de trabalhos manuais, salas de visitas, sala estar e convívio, cabeleireiro, refeitório dos idosos, etc. Relacionado aos serviços têm ainda uma cozinha, lavandaria, economato, oficina, etc. No exterior deste edifício existe um jardim, em toda a envolvente, com espaços livres, de descanso e pedonais, tem ainda estacionamento privado.

- A Creche S. José de Ferreiras, inaugurada em setembro 2002, está instalada num complexo junto à Igreja Paroquial de Ferreiras, em terreno pertencente à mesma. É composta por dois pisos, onde no resto chão funciona a Creche, com um berçário, duas salas de atividades, refeitório, cozinha, lavandaria, gabinetes,

etc. No primeiro piso conta com um salão polivalente e um bar de apoio. No recinto exterior tem um recreio infantil e um parque de estacionamento privado.

- O Centro Social Quinta da Palmeira – Albufeira, é um edifício do ano de 2008 e pertence à Câmara Municipal de Albufeira. Por intermédio de um Protocolo de Colaboração, o Centro Paroquial assumiu a gestão e funcionamento deste estabelecimento social. É um edifício que se divide em Creche e Lar de idosos. A creche é composta por dois berçários, seis salas de atividades, refeitório para as crianças, parque infantil exterior. Conta com outros espaços comuns como a sala polivalente, receção, gabinetes técnicos, cozinha, lavandaria, enfermaria, gabinete médico, sala estar e convívio, refeitório dos idosos. No primeiro piso funciona o espaço de alojamento do lar, com 10 quartos, com wc privativo e sala de estar. No seu exterior conta com um pequeno jardim.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Instituições do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e alterado pelo Decreto Lei n.º 98/2015, de 2 de julho.

O Sistema de Normalização para Instituições do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Disposições do SNC derrogadas

No exercício económico o Centro Paroquial de Paderne não procedeu à derrogação de quaisquer das disposições do SNC, considerando, portanto, que as demonstrações financeiras dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Instituição.

Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

Considera-se que os conteúdos das demonstrações financeiras se apresentam comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Instituições do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins, passando, a gestão das atividades, pela adaptação às novas realidades sócio-financeiras.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subseqüentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada para as IPSS's em POCIPSS, para os equipamentos adquiridos até 2011, e pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro, a partir de 2012.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	De 1 a 50 anos
Equipamento básico	De 1 a 10 anos
Equipamento de transporte	De 4 a 5 anos
Equipamento administrativo	De 1 a 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	De 1 a 10 anos

No exercício económico, para bens de valor igual ou inferior a €1.000,00, foi aplicado o previsto no artigo 19.º do Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro, isto é, foram totalmente depreciados ou amortizados.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.2 Ativos Intangíveis

É política que os "Ativos Intangíveis" sejam registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte, situação que no exercício económico não acontece por não se encontrarem refletidos quaisquer ativos:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	De 1 a 3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Instituição adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Instituição detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - **Alterações no risco segurado;**
 - **Alterações na taxa de câmbio;**
 - **Entrada em incumprimento de uma das partes;**

-
- **Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:**
 - **Alterações no preço do bem locado;**
 - **Alterações na taxa de câmbio**
 - **Entrada em incumprimento de uma das contrapartes**

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Instituição estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor, ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Instituição por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e instituições anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.”

No entanto, o n.º 3 do referido artigo, menciona que a isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de instituições previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.

Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos para a Autoridade Tributária e Aduaneira e cinco anos para o Instituto de Segurança Social, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais do ano da Instituição ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Direção do Centro Paroquial de Paderne não prevê que qualquer alteração, a ocorrer em função de eventuais atos revisão ou inspeção, possam provocar qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Instituição.

3.2.9 Rédito, rendimentos e gastos

Os réditos, rendimentos e gastos são reconhecidos independentemente do seu recebimento ou pagamento, respetivamente, conforme o estabelecido no critério do regime de acréscimo em 3.1.2 acima.

4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	185,56	205,69
Depósitos à ordem	1.212.793,01	1.001.973,96
Depósitos a prazo	1.055.237,62	1.054.454,43
Total	2.268.216,19	2.056.634,08

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Na preparação das demonstrações financeiras, a Instituição adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas foram realizadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

No exercício não se observaram quaisquer alterações de políticas contabilísticas, sendo que as alterações nas estimativas e erros foram registadas nos códigos de contas 6881 e 7881, referentes a correções de exercícios anteriores, destacando-se as mais relevantes:

- a) Rubrica “68812 Outras Correções” totalizou a importância de €6.558,76, sendo a correção mais relevante a de €4.111,78, referente a apuramentos finais de projetos do IEFP;
- b) Rubrica “78812 – Outras Correções” totalizou €1.879,02, sendo as correções mais relevantes a de €1.088,06, referente a acerto, por duplicação de quotas, da URIPSS em 2021.

6 Ativos Fixos Tangíveis

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, os critérios de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas foram já se apresentados no ponto 3.2.1 acima.

Bens do domínio público

A Instituição não usufrui “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período não se encontram registados quaisquer “Bens do património, histórico, artístico e cultural”.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ano de 2021

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Vendas	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Ativos Fixos						
Terrenos e recursos naturais	29.967,50					29.967,50
Edifícios e outras construções	3.123.305,35	96.115,09				3.219.420,44
Equipamento básico	575.123,17	3.366,23				578.489,40
Equipamento de transporte	134.089,65	14.200,00				148.289,65
Equipamento administrativo	45.704,53					45.704,53
Outros Ativos fixos tangíveis	51.309,51					51.309,51
Ativos em curso						
Total	3.959.499,71	113.681,32				4.073.181,03
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	1.052.192,28	90.855,11				1.143.047,39
Equipamento básico	564.145,46	5.767,79				569.913,25
Equipamento de transporte	124.004,35	8.592,66				132.597,01
Equipamento administrativo	45.704,53					45.704,53
Outros Ativos fixos tangíveis	49.917,56	561,47				50.479,03
Total	1.835.964,18	105.777,03				1.941.741,21

Ano de 2022

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Vendas	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Ativos Fixos						
Terrenos e recursos naturais	29.967,50					29.967,50
Edifícios e outras construções	3.219.420,44	19.014,15				3.238.434,59
Equipamento básico	578.489,40	1.487,62				579.977,02
Equipamento de transporte	148.289,65					148.289,65
Equipamento administrativo	45.704,53	2.073,78				47.778,31
Outros Ativos fixos tangíveis	51.309,51					51.309,51
Ativos em curso		113,16				113,16
Total	4.073.181,03	22.688,71				4.095.869,74
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	1.143.047,39	92.756,52		1.235.803,91		
Equipamento básico	569.913,25	3.889,18		573.802,43		
Equipamento de transporte	132.597,01	8.592,64		141.189,65		
Equipamento administrativo	45.704,53	2.073,78		47.778,31		
Outros Ativos fixos tangíveis	50.479,03	482,97		50.962,00		
Total	1.941.741,21	107.795,09		2.049.536,30		

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, acresce referir que o terreno, onde foi construída a Creche S. José de Ferreiras, é propriedade da Fábrica Paroquial da Igreja de S. José de Ferreiras.

Quanto ao Centro Social Quinta da Palmeira, em Albufeira, propriedade do Município de Albufeira, o imóvel encontra-se cedido à Instituição, a título gratuito e com carácter temporário, conforme Protocolo de Colaboração, assinado entre as duas partes.

7 Ativos Intangíveis

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os critérios de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas foram já se apresentados no ponto 3.2.2 acima.

Bens do domínio público

A Instituição não usufrui "Ativos Intangíveis" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2021						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revaloriz.	Saldo final
Ativos Fixos						
Programas de Computador	3.715,28					3.715,28
Total	3.715,28			0,00	0,00	3.715,28
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	2.535,63	1.179,65		3.715,28		
Total	2.535,63	1.179,65		3.715,28		

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revaloriz.	Saldo final
Ativos Fixos						
Programas de Computador	3.715,28	313,65				4.028,93
Total	3.715,28	313,65		0,00	0,00	4.028,93
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	3.715,28	313,65		4.028,93		
Total	3.715,28	313,65		4.028,93		

8 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são representados pelo seguinte quadro:

Rubricas	2022	2021
Saldo Inicial	215.146,56	415.325,56
Aumentos	206.549,23	5.314,08
Diminuições	204.109,71	205.493,08
Saldo Final	217.586,08	215.146,56

9 Inventários

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada encontram-se apresentadas no ponto 3.2.3 (acima).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021		
	Inventário inicial	Compras/Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	277.330,69	0,00
Total	0,00	277.330,69	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			277.330,69
Descrição	2022		
	Inventário inicial	Compras/Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	316.546,01	0,00
Total	0,00	316.546,01	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			316.546,01

10 Clientes e utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes	9.911,67	10.652,40
Utentes c/ Doações por Mensalidades		
Utentes		
Clientes e Utentes com Adiantamentos		
Clientes		1.000,00
Utentes	1.668,92	2.155,00
Clientes e Utentes Perdas por Imparidade Acumuladas		
Clientes		
Utentes	4.829,76	4.682,65

11 Fornecedores e Adiantamentos a Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores		
Passivo		
Fornecedores c/c	40.610,55	41.687,30

12 Estado e Outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4.663,04	21.603,44
Total	4.663,04	21.603,44
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	28,68	26,08
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.279,75	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6.513,60	12.249,33
Segurança Social	30.265,85	30.098,41
Outros Impostos e Taxas	1.186,77	702,54
Total	39.274,65	43.076,36

13 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber, ativo corrente” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal		
Instituto de Segurança Social	24.596,42	16.155,42
IEFP		36.858,09
Juros a receber	443,01	997,56
Consignação IRS para IPSSs	3.926,00	3.359,08
Outros acréscimos de rendimentos	35,50	374,19
Outros devedores	324,62	1.611,90
Total	29.325,55	59.356,24

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Seguros	8.542,50	5.351,34
Total gastos a reconhecer	8.542,50	5.351,34
Acordos de cooperação a reconhecer	65.491,59	
Total proveitos a reconhecer	65.491,59	

15 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados transitados	2.167.836,24	93.947,05		2.261.783,29
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.930.055,40		67.819,81	1.862.235,59
Total	4.097.891,64	93.947,05	67.819,81	4.124.018,88

A variação da rubrica de "Resultados transitados" é justificada pela aplicação do resultado líquido do exercício de 2021.

No que refere aos restantes movimentos da rubrica "Outros fundos patrimoniais", pode ser explicada pelo mapa dos subsídios, no ponto 18.

16 Outras Contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				21,43
Remunerações a pagar				
Outras operações c/ pessoal				21,43
Perdas por imparidade acumuladas				
Outros Financiadores		272,27		
Fornecedores de Investimentos		9.636,00		
Credores por acréscimo de gastos (inclui/Previsão Férias c/Pessoal)		210.955,27		214.124,84
Outros credores		1.597,61		1.597,61
Total		222.461,15		215.743,88

17 Rébito

Os critérios de reconhecimento do rébito encontram-se apresentados no ponto 3.2.9 acima.

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Rébitos:

Descrição	2022	2021
Vendas		
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	809.818,63	760.005,13
Quotizações e Joias		
Promoções para captação de recursos		
Serviços Secundários	31.537,87	21.810,74
Total	841.356,50	781.815,87

18 Subsídios, doações e legados à exploração

A Instituição reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.349.632,07	1.310.584,68
Subsídios de outras Instituições		
Doações e heranças	37.277,48	31.661,22
Legados		
Consignação de IRS	1.963,00	1.679,54
Total	1.388.872,55	1.343.925,44

Relativamente aos subsídios obtidos do Estado e outros entes públicos tinham a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
ISS, IP – Centro Distrital S. S. Faro	1.172.250,94	1.031.492,74
IEFP	5.468,33	90.536,64
Município de Albufeira	162.500,00	178.000,00
Junta de Freguesia de Paderne	4.132,80	4.132,80
Junta de Freguesia de Ferreiras	5.000,00	6.000,00
IAPMEI	280,00	422,50
Total	1.349.632,07	1.310.584,68

Os valores do código 593 “Subsídios” do plano de contas SNL, encontram-se representados com base no seguinte mapa:

DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO	VALOR TOTAL	SALDO	UMENTOS NO	SALDO
	UTILIZAÇÃO	POR ENTIDADE E	VALOR LIQ.	A débito	VALOR LIQ.
	INVEST.º	EMPREEND.º	ANO N-1	Para a 79831/2	ANO N
	(2)	(3)	(9)	(10)	(14)
<i>PIDDAC - Obra Centro Paderne</i>	2003	1.488.768,28	923.036,25	29.775,37	893.260,88
<i>Câmara Albufeira - Obra Centro Paderne</i>	2003	588.635,51	364.954,02	11.772,71	353.181,31
<i>CCR Algarve - Obra Centro Paderne</i>	2003	41.532,41	25.750,06	830,65	24.919,41
<i>Câmara Albufeira - Obra Centro Paderne</i>	2008	328.957,85	236.849,61	6.579,16	230.270,45
TOTAL SUBS. Edif. Centro de Paderne		2.447.894,05	1.550.589,94	48.957,89	1.501.632,05
<i>PIDDAC - Creche das Ferreiras</i>	2003	398.353,80	246.297,19	7.945,07	238.352,12
<i>Câmara Albufeira - Crec. Ferreiras</i>	2003	18.490,93	11.432,67	368,80	11.063,87
TOTAL SUBS. PARA Edif. Creche Ferreiras		416.844,73	257.729,86	8.313,87	249.415,99
<i>Câmara Albufeira - Viatura</i>	2019	20.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00
TOTAL SUBS.- Viatura		20.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00
<i>Câmara Albufeira - Viatura</i>	2021	15.000,00	11.250,00	3.750,00	7.500,00
TOTAL SUBS.- Viatura		15.000,00	11.250,00	3.750,00	7.500,00
		2.899.738,78	1.824.569,80	66.021,76	1.758.548,04

19 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	112.426,18	83.432,34
Materiais	102.263,36	138.616,45
Energia e fluidos	97.524,47	91.347,58
Deslocações, estadas e transportes	333,29	713,77
Outros Bens e Serviços diversos	16.941,04	12.799,96
Total	329.488,34	326.910,10

20 Benefícios dos empregados

Os Órgãos de Gestão não usufruem quaisquer remunerações.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	1.254.888,00	1.189.325,81
Indemnizações	924,01	2.512,68
Encargos sobre as Remunerações	260.454,23	230.941,82
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13.249,36	12.356,13
Outros Gastos com o Pessoal	10.600,40	2.885,17
Total	1.540.116,00	1.438.021,61

A Instituição durante o ano de 2021 e 2022, em termos médios, tinha 106 e 107 trabalhadores ativos, respetivamente.

A repartição da taxa social única da instituição, a nível de encargos, pode decompor-se nos seguintes quadros:

Referente a 2021:

Tipologia de Enquadramento TSU	TSU + SS	Remunerações Base	Encargo Empresa (TSU)		Poupança
			Em %	Valor	
Pagamentos não sujeitos	0%	103.139,21	0,0%	-	-
Medida de Apoio à Família	11%	47.999,82	0,0%	-	10.703,96
Layoff Simplificado	22,2%	8.676,07	11,2%	971,72	963,04
Regime de IPSSs	33,3%	1.029.510,71	22,3%	229.581,85	-
Total		1.189.325,81		230.553,57	11.667,00

Referente a 2022:

Tipologia de Enquadramento TSU	TSU + SS	Remunerações Base	Encargo Empresa (TSU)		Poupança
			Em %	Valor	
Pagamentos não sujeitos	0%	80.394,19	0,0%	-	-
Lay-off	11%	7.951,71	0,0%	-	1.773,23
Regime de IPSSs	33,3%	1.163.914,48	22,3%	259.552,93	-
Regime de Reformados	23,9%	2.627,62	16,4%	430,93	155,03
Total		1.254.888,00		259.983,86	1.928,26

21 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	68.681,00	58.524,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	13.545,37	9.204,22
Outros rendimentos e ganhos	84.717,50	73.566,56
Total	166.943,87	141.294,78

22 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	542,21	691,57
Dívidas incobráveis	896,00	6.985,52
Gastos em investimentos financeiros	7.741,20	5.493,08
Outros gastos e perdas	9.269,24	16.753,45
Total	18.448,65	29.923,62

23 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	72,54	60,02
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	72,54	60,02
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2.929,12	7.830,95
Outros Rendimentos similares		
Total	2.929,12	7.830,95
Resultados Financeiros	2.856,58	7.770,93

24 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Em 2023, referentes a retenções de trabalho independente de 2022, foram efetuados pagamentos fora de prazo, mas de reduzido valor.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Instituição perante o Instituto de Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Instituição, no ano de 2022, teve as suas contas auditadas, na modalidade de Auditoria Externa e Certificação Legal de Contas, prestado pela CFAUDIT - Carlos Ferreira & Associado SROC, Lda., totalizando o valor dos honorários € 1.180, acrescido de IVA à taxa legal.

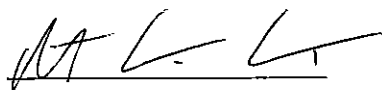
25 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, constata-se apenas os efeitos da inflação, consequência colateral da guerra no leste da Europa, situação que se prevê manter em 2023.

Paderne, 31 de março de 2023

O Contabilista Certificado,



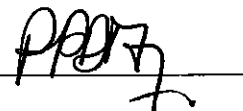
NI
201796554

Membro nº
35739



Instituição Particular de Solidariedade Social
n.º: 503 710 542
Sede: Cerca Velha, 8200-466 Paderne ABF
tlf: 289370820 / @: cparoquial_paderne@sapo.pt

O Presidente da Direção,



RELATÓRIO DE GESTÃO

Através do presente relatório de gestão, vem, a Direção desta Instituição Particular de Solidariedade Social, dar conhecimento aos seus utentes/responsáveis, colaboradores, fornecedores, parceiros e a outros interessados, com quem o Centro Paroquial de Paderne mantém relações profissionais, alguns aspetos que considera relevantes, relacionados com a sua atividade social, desenvolvida no exercício do ano de 2022.

1 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO

Em 2022, a Instituição manteve o seu trabalho social desenvolvido na área da primeira infância e da terceira idade, nomeadamente com as seguintes respostas sociais e n.º médio de utentes e respetivo quadro de pessoal contratado:

Estabelecimento Social	Resposta Social	N.º Médio de Utentes	N.º Colaboradores afetos R. S.	N.º Colaboradores Comuns	
Centro Comunitário de Paderne	Creche Gente Miúda	68	16	11	
	Centro de Dia	10	2		
	Lar de Idosos (ERPI)	39	18		
	Serviço de Apoio Domiciliário	50	7		
	Outros	-	8		
Creche de S. José – Ferreiras	Creche S. José	39	11		
Centro Social Quinta da Palmeira - Albufeira	Creche Os Palmeirinhas	69	18		
	Lar de Idosos (ERPI)	19	12		
	Outros	-	5		
Totais		294	108		

Verificou-se um aumento do número médio de utentes, face a 2021 e continuou-se a prestar apoio social a famílias carenciadas da freguesia de Paderne, com a angariação e distribuição de géneros alimentares. Foram apoiadas cerca de 20 famílias pela valência de Banco Alimentar, mais 25 famílias apoiadas com cabazes alimentares, participado pela CMA.

2 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA INSTITUIÇÃO

Em 2022, deu-se continuidade aos serviços sociais prestados no ano anterior, destacando-se o regresso à normalidade do funcionamento das respostas sociais face às consequências pandemia do COVID-19, embora com algumas adaptações necessárias. Os resultados obtidos superaram as previsões efetuadas em Orçamento de 2022, consequência de boas políticas de gestão e os subsídios havidos para apoiar este sector social. As mensalidades provenientes dos utentes e seus familiares voltaram a aumentar, assim como os subsídios do Estado e outros extraordinários, que permitiram fazer face ao aumento dos gastos, devido a inflação verificada nos bens e serviços e dos efeitos colaterais da guerra no leste da Europa. Também foi realizada uma eficiente manutenção do imobilizado, que permitiu atingir os objetivos e dar a melhor resposta possível às necessidades dos nossos utentes.

No seguinte quadro demonstra as variações ocorridas entre os resultados orçamentados e executados, em 2022:

Código	Gastos	Contas 2021	Contas 2022	Variações
61	Gastos dos inventários vendidos e matérias consumidas	277.330,69	316.546,01	- 39.215,32
62	Fornecimentos e serviços externos	326.910,10	329.488,34	- 2.578,24
63	Gastos com o pessoal	1.438.021,61	1.540.116,00	- 102.094,39
64	Gastos de depreciação e de amortização	106.956,68	108.108,74	- 1.152,06
68	Outros gastos	31.700,91	19.619,98	12.080,93
	Total	2.180.919,99	2.313.879,07	- 132.959,08
Código	Rendimentos	Contas 2021	Contas 2022	Variações
72	Prestações de serviços / Mensalidades	781.815,87	841.356,50	59.540,63
75	Subsídios exploração	1.343.925,44	1.388.872,55	44.947,11
78	Outros rendimentos	75.273,02	100.922,11	25.649,09
7883	Subsídios Investimento	66.021,76	66.021,76	-
7911	Juros (Investimentos Financeiros)	7.830,95	2.929,12	- 4.901,83
	Total	2.274.867,04	2.400.102,04	125.235,00
	Resultado Líquido	93.947,05	86.222,97	- 7.724,08

3 – BREVE ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO

Face às dificuldades económica sentidas, nomeadamente os aumentos do ordenado mínimo nacional e do custo dos géneros alimentares, verificou-se uma atualização das comparticipações financeiras do Instituto de Segurança Social e a atribuição de subsídios à exploração por parte de entidades públicas (CMA, IEFP, Juntas de Freguesias de Paderne e Ferreiras), que permitiram a Instituição garantir um serviço social prestado ao número crescente de 295 utentes e ao apoio a várias famílias carências, da freguesia de Paderne, em géneros alimentares e outros bens. Nesta sequência, verificou-se um aumento significativo nos gastos em géneros alimentares e nos custos com o pessoal. O quadro seguinte apresenta uma comparação de resultados com o período homólogo de 2021:

Código	Gastos	Contas 2021	Contas 2022	Variações
61	Gastos dos inventários vendidos e matérias consumidas	277.330,69	316.546,01	- 39.215,32
62	Fornecimentos e serviços externos	326.910,10	329.488,34	- 2.578,24
63	Gastos com o pessoal	1.438.021,61	1.540.116,00	- 102.094,39
64	Gastos de depreciação e de amortização	106.956,68	108.108,74	- 1.152,06
68	Outros gastos	31.700,91	19.619,98	12.080,93
	Total	2.180.919,99	2.313.879,07	- 132.959,08

Código	Rendimentos	Contas 2021	Contas 2022	Variações
72	Prestações de serviços / Mensalidades	781.815,87	841.356,50	59.540,63
75	Subsídios exploração	1.343.925,44	1.388.872,55	44.947,11
78	Outros rendimentos	75.273,02	100.922,11	25.649,09
7883	Subsídios Investimento	66.021,76	66.021,76	-
7911	Juros (Investimentos Financeiros)	7.830,95	2.929,12	- 4.901,83
	Total	2.274.867,04	2.400.102,04	125.235,00

	Resultado Líquido	93.947,05	86.222,97	- 7.724,08
--	--------------------------	------------------	------------------	-------------------

Contudo, a Direção e o Conselho Fiscal consideraram que os resultados obtidos no exercício de 2022 demonstram um funcionamento normal nas suas sete respostas sociais e uma situação financeira e económica equilibrada, reforçando assim a estabilidade da Instituição.

De salientar que a Instituição não tem, em mora, qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, nem ao Centro Distrital de Segurança Social de Faro, nem a quaisquer outras entidades públicas.

4 – EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ATIVIDADE

Considerando a análise da evolutiva da nossa atividade no primeiro trimestre de 2022, a Direção, para 2023, prevê a continuidade do regresso à normalidade do funcionamento das respostas sociais, face alguns constrangimentos da pandemia. Devido aos efeitos económicos que surgiram, inflacionando os preços da matéria prima desde géneros alimentares e energias, e tendo em conta

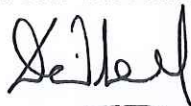
Contudo, tudo será feito para ultrapassar os desafios que se vive, adaptando novas metodologias de funcionamento e gestão, oferecendo um padrão de qualidade nos serviços prestados e continuando a apoiar as famílias mais carências da freguesia de Paderne.

5 – AGRADECIMENTOS

A Direção da Instituição aproveita a oportunidade para agradecer a todos os seus utentes/familiares, colaboradores, fornecedores, instituições bancárias, entidades oficiais, entre outros parceiros que colaboram e tornam possível o funcionamento desta Instituição de Solidariedade Social, com uma particularidade e destaque para os beneméritos que realizaram doações em géneros e em dinheiro, contribuindo assim para um melhor serviço social.

Paderne, 30 de março de 2023

O Diretor Executivo,



David Oliveira



Instituição Particular de Solidariedade Social
n.º: 503 720 542

Sede: Cerca Velha, 8200-466 Pademe ABF

tlf: 289370820 / @: cparoquial_paderne@sapo.pt

CENTRO
PAROQUIAL
PADERNE

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Centro Paroquial de Paderne** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 4.579.748,71 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.210.241,85 euros, incluindo um resultado líquido de 86.222,97 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Centro Paroquial de Paderne em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, nomeadamente a Norma Contabilística e de Relato Financeiro Para as Entidades do Setor não Lucrativo.

Bases para a opinião

3 A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

4 Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

5 O órgão de gestão é responsável pela: i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, nomeadamente a Norma Contabilística e de Relato Financeiro Para as Entidades do Setor não Lucrativo;

ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

6 O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

7 A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

8 Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

9 A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

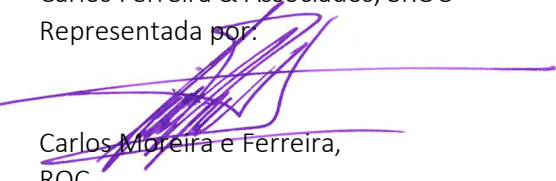
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

10 Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Albufeira, 31 de maio de 2023

Carlos Ferreira & Associados, SROC
Representada por:


Carlos Moreira e Ferreira,
ROC